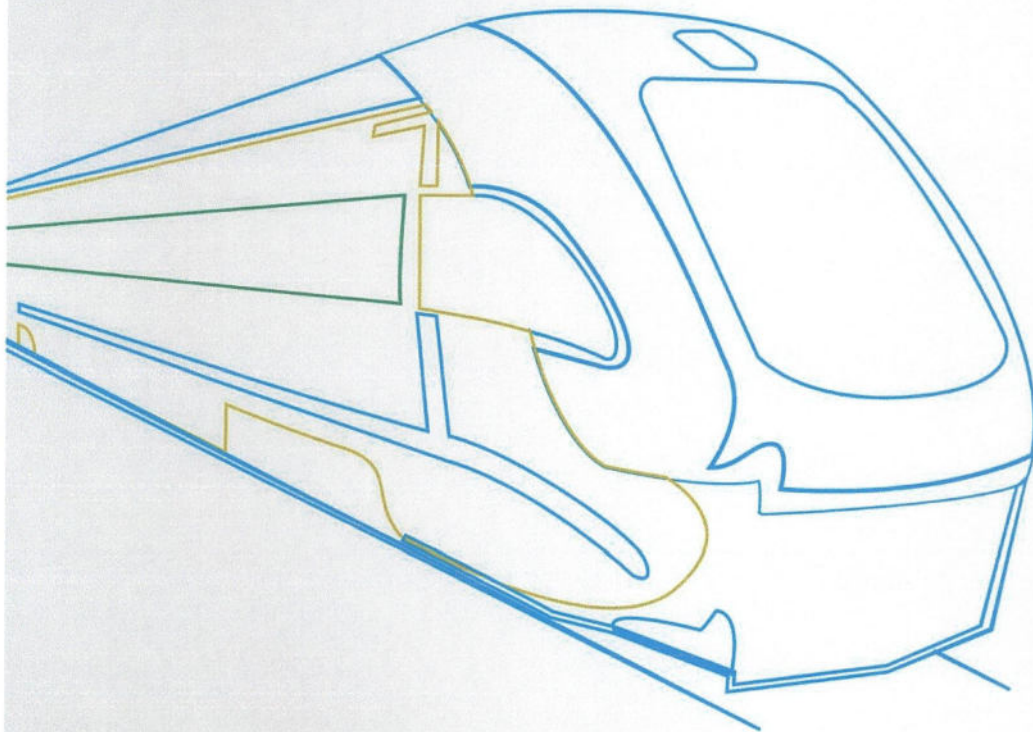


CONTRATO N° 027-2023/DT

CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

&

TECNODRILL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: TECNODRILL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- FORO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de Fornecimento que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, TECNODRILL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, nesta cidade, doravante denominada CBTU, neste ato representada por seu Diretor-Presidente JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Técnica ADRIANA FONSECA LINS, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e a empresa TECNODRILL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.908.234/0001-31, com sede na Rua Pedro Adams Filho, nº 201, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, doravante denominada CONTRATADA neste ato representada por GUSTAVO FREITAS, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por EDSON PEREIRA, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 006-2023/GALIC/AC/CBTU, Processo Administrativo PROT nº 2888/2023 e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de restabelecimento da Mesa Falsa de substituição de Truques, incluindo o fornecimento de componentes e recondicionamento de motor, a qual encontra-se instalada no Centro de Manutenção de Cavaleiro, de propriedade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, no Sistema de Trens Urbanos de Recife – STU-REC**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o edital da licitação Pregão Eletrônico nº 006-2023/GALIC/AC/CBTU, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade: https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O prazo para entrega dos serviços, incluindo a entrega dos itens mencionados nos subitens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3 do Termo de Referência será de 90 (noventa) dias corridos, iniciar-se-á mediante a emissão pela CBTU da 1ª Ordem de execução – OEX e o aceite do referido documento pela CONTRATADA.

3.1.1. O local das entregas de elementos/peças/componentes será realizado no seguinte endereço:

a) Os elementos/peças/componentes objetos desta contratação deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado da CBTU/STU-REC, situado na Rua São José, Nº 860, Bairro de Cavaleiro.

3.1.2. A entrega de elementos/peças/componentes deverá ser realizada nos seguintes horários:

a) 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Caso seja interesse da CONTRATADA, poderá ser feito contato prévio através dos telefones (081) 3972-8972 e 3972-8919 para agendamento da entrega;

3.2. Será emitida uma Ordem de execução - OEX para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. **Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.**

3.4.1. Neste caso a CBTU deverá notificar formalmente a CONTRATADA acerca da suspensão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

3.5. A suspensão será formalizada através de Termo Aditivo, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a CBTU atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhamentos que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a CONTRATADA se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, da seguinte forma:

5.1.1. provisoriamente (Termo de Aceite Provisório – TAP), pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 5 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado solicitando inspeção técnica para entrega dos objetos.

5.1.2. Definitivamente (Termo de Aceite Definitivo – TAD), pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, assinado pelas partes em até 25 (vinte e cinco) dias contados do recebimento provisório.

5.2. Para este procedimento, a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à fiscalização o término da entrega do objeto contratado, demonstrando neste documento que todo o escopo foi fornecido nas quantidades e qualidades contratadas.

5.3. A fiscalização avaliará de acordo com as especificações técnicas se o objeto fornecido (serviços e elementos/peças/componentes) atende o especificado no Termo de Referência.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

5.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.6 Na hipótese de rescisão do Contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.

5.7. Após a conclusão com êxito do objeto, deverá ser emitido o TAD – Termo de Aceite Definitivo. Este Certificado será emitido pelo Gestor do Contrato e o recebimento será formalizado mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes. A emissão do TRD significa que, do ponto de vista da **CONTRATADA** e do Gestor do Contrato e recebimento da **CBTU**, o escopo contratado foi fornecido completo e não restam quaisquer pendências.

5.8. Para as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO IV do Termo de Referência), deverão ser apresentados documentos comprobatórios do fornecimento dos elementos/peças/componentes e da prestação dos serviços objeto do contrato. Esses documentos deverão receber aprovação da fiscalização e da Gestão do Contrato.

5.9. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.10. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado



que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

5.10.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.11. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.12. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a **CBTU** as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte cinco mil reais)**, conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os materiais fornecidos.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da CBTU, cujo endereço eletrônico será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.



7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2023**, conforme classificação abaixo:

8.1.1. Programa de Trabalho: 06182221822BO0001

8.1.2. Elemento de Despesa: 449052

8.1.3. Plano Interno: PE0000HROU2

8.1.4. Categoria Econômica: Despesa de Capital

8.1.5. Nota de Empenho: 2023NE2967, data 22/12/2023.

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P_o \frac{[(I - I_o)]}{I_o}$$

Sendo:

R= valor do reajustamento procurado;

Po = valor da medição a ser reajustada;

I = Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na época do reajuste;

I_o = Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), correspondente ao mês da data-base;

Data - base: data limite para apresentação das propostas.

9.2.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3. Nos casos em que a entrega do objeto contratado esteja prevista em cronograma, havendo atraso ou antecipação na entrega do objeto que decorra da responsabilidade ou iniciativa da **CONTRATADA**, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

9.3.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

9.3.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

9.3.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

9.3.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

9.4. Na hipótese de atraso por culpa da **CBTU**, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E MATERIAS

a) DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:



10.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

10.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.

10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

10.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

10.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e 10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

b) DA GARANTIA TÉCNICA



10.16. Há 3 (três) itens a serem substituídos e 1 (hum) item a ser reparado no contexto do presente processo, os quais estão especificados nos subitens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3 do Termo de Referência;

10.17. Admitir-se-á que a **CONTRATADA** forneça os itens mencionados nos subitens 2.5.1 e 2.5.2 do Termo de Referência (macacos) que possuam marcas e/ou modelos distintos dos especificados, desde que os itens fornecidos possuam as mesmas características técnicas dos itens originais (ou superiores); que possuam dimensões e características físicas compatíveis com o modelo original no contexto da Mesa Falsa (tamanho, encaixe, pontos de fixação, etc.); e que possuam desempenho comprovadamente eficiente com relação ao propósito de funcionamento da Mesa Falsa (a comprovação deverá ser feita nos testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa mencionados no item 6 e seus subitens do Termo de Referência);

10.18. Os itens especificados nos subitens 2.5.1 e 2.5.2 do Termo de Referência (macacos) deverão necessariamente ser novos, de primeiro uso, e terem a garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Aceite Definitivo;

10.19. O item original existente na Mesa Falsa e especificado no subitem 4.5.3 do Termo de Referência (motor freio) deverá ser recondicionado pela **CONTRATADA** e o seu funcionamento, após o recondicionamento, deverá atender às exigências de desempenho originais (a comprovação deverá ser feita nos testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa mencionados no item 6 e seus subitens do Termo de Referência). O item deverá ter a garantia técnica mínima de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do Termo de Aceite Definitivo;

10.20. Todos os serviços realizados nos processos de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa deverão ter a garantia mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Aceite Definitivo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do **edital de licitação**, do **termo de referência** e da **proposta**, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato,



apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do edital de licitação, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS



13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

16.2. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar a execução da parte do objeto referente às obras ferroviárias uma vez que constitui parte de relevância técnica do objeto.

16.3. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.4. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.5. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.



19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à CONTRATADA, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a CONTRATADA à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a CBTU rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a CBTU, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da CONTRATADA decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à CONTRATADA, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;



20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.



21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;

23.1.1.1. Endereço: Setor Bancário Norte - SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902;

23.1.1.2. Correio Eletrônico: daniel.santos@cbtu.gov.br

23.1.2. Empresa: TECNODRILL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA

23.1.2.1. Endereço: rua Pedro Adams Filho, nº 201, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul

23.1.2.2. Correio Eletrônico: gustavo@tecnodrill.com

23.1.2.3. Telefone: (51)99733-3122

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 12/12/2023;

24.1.3. Edital do Pregão Eletrônico nº 006-2023/GALIC/AC/CBTU; e

24.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf.

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as



disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da **CBTU**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 29 de dezembro de 2023

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:
CONTRATANTE

[Redacted Signature]

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

[Redacted Signature]

Adriana Fonseca Lins
- Diretor de Técnica -

TECNODRILL INDUSTRIA DE MÁQUINAS LTDA
CONTRATADA

[Redacted Signature]

Gustavo Freitas
- Diretor Comercial -

[Redacted Signature]

Edson Pereira
- Diretor de Engenharia -

TESTEMUNHAS:

1)

[Redacted Signature]

CPF:

[Redacted CPF]

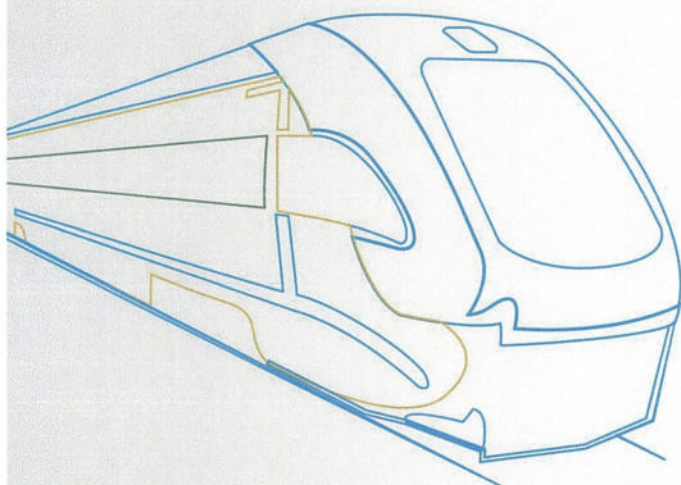
2)

[Redacted Signature]

CPF:

[Redacted CPF]

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

TERMO DE REFERÊNCIA

(01-2023/GAPRO/DT)

SERVIÇO DE RESTABELECIMENTO DE MESA FALSA – STU-REC

**GERÊNCIA GERAL DE COORDENAÇÃO E
PROGRAMAS - GAPRO**
DIRETORIA TÉCNICA



CBTU

Companhia Brasileira
de Trens Urbanos

SERVIÇO DE RESTABELECIMENTO DE MESA FALSA – STU-REC



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 O presente Termo de Referência, doravante denominado tão somente TR, trata da contratação de empresa especializada para o fornecimento de serviço de restabelecimento da Mesa Falsa de substituição de Truques, incluindo o fornecimento de componentes e recondicionamento de motor, a qual encontra-se instalada no Centro de Manutenção de Cavaleiro, de propriedade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, no Sistema de Trens Urbanos de Recife – STU-REC.
- 1.2 Conforme informado pela área técnica solicitante da contratação, a Gerência Operacional de Material Rodante - GOMAR, que por sua vez está ligada à Gerência Regional de Manutenção – GIMAN da Superintendência Regional de Recife – GOMAR/GIMAN/STU-REC, que também é área cliente da contratação, no “Relatório Técnico da Mesa Falsa Para Substituição de Truques” (ANEXO II deste TR).
- 1.3 Conforme item 8 do Estudo Técnico Preliminar nº 001-2023/GAPRO/DT, e considerando a natureza da contratação pretendida, o objeto pode ser caracterizado como **SERVIÇO COMUM**, nos termos do art. 113 do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. As fortes chuvas registradas no dia 28/05/2022, causaram danos significativos nas instalações do Centro de Manutenção de Cavaleiro, de propriedade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, no Sistema de Trens Urbanos de Recife – STU-REC, atingindo máquinas, e equipamentos utilizados nas atividades de manutenção dos trens e veículos especiais.
- 2.2. Na manhã do dia 28/05/2022, foi relatada ocorrência de acúmulo de água (inundações) no Centro de Manutenção de Cavaleiro, os equipamentos foram submetidos a uma condição imprevista para o seu funcionamento, visto que o grau de proteção da Mesa Falsa Para Substituição de Truques é IP55, e isso significa dizer que a Mesa Falsa não possui proteção para submersão de elementos/peças/componentes, sejam eles elétricos, eletrônicos ou mecânicos.



- 2.3. A Mesa Falsa é um equipamento utilizado para movimentação de Truques, que tem como característica a utilização de fusos e redutores interligados e síncronos, ajustados para garantir uma movimentação segura dos equipamentos movimentados.
- 2.4. O sistema de movimentação da Mesa Falsa, composto por macacos com fuso, motor freio, atuadores e chaves de fim de curso, ficam posicionados na parte mais baixa do fosso (ver Figuras 01 e 02 do documento "Relatório Técnico da Mesa Falsa Para Substituição de Truques", disposto no ANEXO II deste TR). Com as chuvas do dia 28/05/2022, esses equipamentos ficaram numa condição crítica, os equipamentos elétricos apresentaram baixa isolamento e os componentes mecânicos, travamentos. Em virtude da condição descrita, as atividades que necessitam da utilização da Mesa Falsa estão comprometidas. Não existe uma condição de segurança e confiabilidade para propiciar a utilização do equipamento.
- 2.5. 4.5. Conforme atestado por técnico habilitado da GOMAR/GIMAN/STU-REC, mediante elaboração dos documentos "RELATÓRIO TÉCNICO DA MESA FALSA PARA SUBSTITUIÇÃO DE TRUQUES", disposto no ANEXO II deste ETP, os seguintes elementos/peças/componentes encontram-se danificados:
- 2.5.1. 01 (hum) Macaco de 25 Ton (vinte e cinco toneladas), fuso trapezoidal, passo do fuso 12mm, diâmetro do fuso 90mm, com 900mm de curso, referência: UNL 0-25.T1.SA.III.008.0900.00.00.00000.00.0 da LINEAR KINCI;
- 2.5.2. 02 (dois) Macacos de 20 Ton (vinte toneladas), fuso de esfera, passo do fuso 10mm, diâmetro do fuso 75mm, com 750mm de curso, referência: UNL 0-20.T1.SA.001.024.1750PRAG00000000 da LINEAR KINCI; e
- 2.5.3. 01 (hum) Motor Freio, 15CV, 4 polos, trifásico, 380V, 60Hz, classe de isolamento F, 1765 RPM, rendimento 91,7, cos 0,87, fabricante WEG (para uso em elevatória de truques de TUEs).
- 2.6. A GOMAR/GIMAN/STU-REC expressa no documento do ANEXO I que *"Após avaliação, nota-se que os elementos/peças/componentes relacionados estão inoperantes ou sem condições confiáveis a seu pleno funcionamento, alguns com recuperação inviável sob os pontos de vista técnico e econômico, e necessitam substituição total ou parcial."*
- 2.7. A GOMAR/GIMAN/STU-REC estabeleceu, em Nota Técnica interna, que alguns dos elementos danificados foram substituídos com materiais disponíveis no estoque da empresa, a saber, o atuador linear e as chaves de fim de curso, restando necessidade de restabelecimento dos demais itens mencionados no referido relatório técnico do ANEXO II. Acrescenta a GOMAR/GIMAN/STU-REC que o motor freio é um equipamento passível de restabelecimento com serviço de recuperação de seus elementos, todavia, os macacos de 20T e 25T, por



serem componentes mecânicos submetidos a grandes esforços em sua utilização, não são passíveis de recuperação e requerem a aquisição de novos equipamentos.

- 2.8. Diante do exposto pela GOMAR/GIMAN/STU-REC, ressalta-se que o presente processo, além de atender o objetivo principal, que é a contratação de serviços de restabelecimento da mesa falsa, pretende também adquirir juntamente os macacos referenciados nos subitens 2.5.1 e 2.5.2, que deverão ser novos, e recondicionar o motor indicado no subitem 2.5.3.
- 2.9. Por fim, o restabelecimento da Mesa Falsa de substituição de Truques, objeto deste processo, permitirá o retorno dos TUEs à sua condição operacional, possibilitando o restabelecimento das condições anteriores aos eventos de natureza meteorológica ocorridos nos meses de maio e junho de 2022 na Grande Recife.

3. RESPONSÁVEIS

- 3.1. A contratação pretendida visa atender demanda da Superintendência Regional de Recife – CBTU/STU-REC, justificada, nos termos do item anterior, em razão da catástrofe natural decorrente das fortes chuvas ocorridas entre os meses de maio e junho de 2022.
- 3.2. Nesse contexto, foi determinado pela Diretoria Executiva da CBTU que as gerências da Diretoria Técnica auxiliassem a STU-REC, com vistas a conferir celeridade e eficiência às diversas contratações decorrentes do evento supracitado, evitando sobrecarregar as áreas ligadas à manutenção do Sistema de Trens de Recife.
- 3.3. Por conseguinte, esta contratação está sendo conduzida através dos seguintes responsáveis:
 - 3.3.1. Área Técnica: Gerência Operacional de Material Rodante – GOMAR/GIMAN/STU-REC;
 - 3.3.2. Área Cliente: Gerência Operacional de Material Rodante – GOMAR/GIMAN/STU-REC;
 - 3.3.3. Área Demandante: Gerência Geral de Coordenação e Programas – GAPRO/DT;
 - 3.3.4. Área Supervisora (Responsável): Diretoria Técnica – DT.

4. ESPECIFICAÇÕES E GARANTIAS TÉCNICAS DO OBJETO

- 4.1. Há 3 (três) itens a serem substituídos e 1 (hum) item a ser reparado no contexto do presente processo, os quais estão especificados nos subitens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3 deste TR;
- 4.2. Admitir-se-á que a CONTRATADA forneça os itens mencionados nos subitens 2.5.1 e 2.5.2 deste TR (macacos) que possuam marcas e/ou modelos distintos



dos especificados, desde que os itens fornecidos possuam as mesmas características técnicas dos itens originais (ou superiores); que possuam dimensões e características físicas compatíveis com o modelo original no contexto da Mesa Falsa (tamanho, encaixe, pontos de fixação, etc.); e que possuam desempenho comprovadamente eficiente com relação ao propósito de funcionamento da Mesa Falsa (a comprovação deverá ser feita nos testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa mencionados no item 6 e seus subitens deste TR);

- 4.3. Os itens especificados nos subitens 2.5.1 e 2.5.2 deste TR (macacos) deverão necessariamente ser novos, de primeiro uso, e terem a garantia técnica mínima de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Aceite Definitivo;
- 4.4. O item original existente na Mesa Falsa e especificado no subitem 4.5.3 deste TR (motor freio) deverá ser reconicionado pela CONTRATADA e o seu funcionamento, após o reconicionamento, deverá atender às exigências de desempenho originais (a comprovação deverá ser feita nos testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa mencionados no item 6 e seus subitens deste TR). O item deverá ter a garantia técnica mínima de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do Termo de Aceite Definitivo;
- 4.5. Todos os serviços realizados nos processos de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa deverão ter a garantia mínima de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Aceite Definitivo.

5. NORMATIVOS APLICÁVEIS

NORMATIVOS APLICÁVEIS
Lei nº 13.303/2016
RILC-CBTU
MANUAL DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO MESA FALSA VERSÃO 2 (ANEXO III deste TR)

6. METODOLOGIA DA EXECUÇÃO

- 6.1. O prazo de entrega dos elementos/peças/componentes especificados nos subitens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3 pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, a contar após a emissão da Ordem Inicial de Serviço - OIS.
- 6.2. **Local de entrega:** Os elementos/peças/componentes objetos desta contratação deverão ser entregues no Setor de Almoxarifado da CBTU/STU-



REC, situado na Rua São José, Nº 860, Bairro de Cavaleiro, Cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco (CEP 54.210-570).

- 6.3. **Horário para recebimento de elementos/peças/componentes:** A entrega poderá ser feita no horário de 8h30min às 11h30min e de 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados. Caso seja interesse da CONTRATADA, poderá ser feito contato prévio através dos telefones (081) 3972-8972 e 3972-8919 para agendamento da entrega.
- 6.4. Os serviços de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa deverão observar e seguir os seguintes parâmetros:
- 6.5.1. Garantir os cursos do sistema de elevação da mesa (700mm) e do sistema de sustentação do carro (900mm);
 - 6.5.2. Realizar ação equivalente a retirada de truque: elevar a mesa até 10mm do nível do trilho da oficina (para liberação das travas); acionar elevação do sistema de sustentação até o ponto de apoio no vagão; destravar e abaixar a mesa até suas rodas tocarem nos trilhos de translação; efetuar translação da mesa para fora da área;
 - 6.5.3. Deve ser verificado que todos os requisitos de sincronismo, travamentos, velocidade de movimentação, frenagem, sustentação e deslocamentos das partes atendam as condições operacionais;
 - 6.5.4. Todos os procedimentos, ajustes e resultados dos testes deverão estar em conformidade com o "MANUAL DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO MESA FALSA VERSÃO 2" disposto no ANEXO III deste TR.
- 6.5. Os serviços de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa deverão ser realizados nas dependências do Centro de Manutenção de Cavaleiro - CMC, de propriedade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, localizado na Rua São José, nº 860, Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes, PE, CEP: 54.210-570;
- 6.6.1. Os trabalhos a serem realizados nas dependências da oficina do CMC deverão ser pré-agendados com a Coordenação Operacional de Oficinas - COOFI, da CBTU/STU-REC e ser realizados em horário comercial;
 - 6.6.2. A CONTRATADA será responsabilizada por quaisquer danos que eventualmente possam ser causados em decorrência dos serviços realizados e/ou do mau funcionamento dos componentes fornecidos (macacos, motor reconicionado e outras peças) durante o processo de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa e os prazos de vigência das respectivas garantias.



- 6.6. Após a realização dos serviços e antes da assinatura do Termo de Aceite Definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer manuais técnicos dos componentes ofertados e relatório dos trabalhos realizados, o qual deverá conter os procedimentos e orientações para a realização de manutenções preventivas desses componentes no contexto do funcionamento da Mesa Falsa;
- 6.7. Após a assinatura do Termo de Aceite Definitivo, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo descarte de resíduos e embalagens em um prazo máximo de 10 (dez) dias;
- 6.8.1. Os componentes elétricos, mecânicos e eletromecânicos usados ou sobressalentes que estejam descartados para uso no contexto da Mesa Falsa após a realização dos serviços e assinatura do Termo de Aceite Definitivo serão acomodados pela equipe de profissionais da CBTU/STU-REC no estoque de peças da oficina do CMC para possíveis usos futuros como itens de reposição. Para esse fim, a COOFI deverá avaliar se poderá, ou não, reutilizar as embalagens descartadas no processo de entrega dos componentes e/ou de realização dos serviços, o que deverá ser comunicado à CONTRATADA em tempo hábil.
- 6.8. Os serviços de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa deverão estar finalizados em um prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da Ordem Inicial de Serviço – OIS.
- 6.9. Após a entrega dos elementos/peças/componentes na CBTU/STU-REC e a finalização dos serviços de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa, o Fiscal do Contrato deverá emitir o Termo de Aceite Provisório – TAP e o Termo de Aceite Definitivo – TAD conforme especificado no subitem 9.1 deste TR.
- 6.10. Os prazos para cumprimento das etapas acima referidas se encontram no Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO IV deste TR).
- 6.11. **DA VISITA TÉCNICA:** recomendamos fortemente que todas as empresas que participarão do processo licitatório realizem visita técnica ao Centro de Manutenção de Cavaleiro – CMC, de propriedade da CBTU/STU-REC, localizado na Rua São José, nº 860, Cavaleiro, Jaboatão dos Guararapes, PE, CEP: 54.210-570, onde se encontra a Mesa Falsa, a fim de examinar todos os detalhes técnicos e não técnicos que possam, direta ou indiretamente, influenciar na elaboração da proposta técnica/comercial. A visita técnica deverá acontecer até o 2º dia útil anterior à data da licitação, em horário comercial, devendo ser pré-agendada, também em horário comercial, com a Coordenação Operacional de Oficinas – COOFI, da CBTU/STU-REC, telefones (081) 3972-8972 e 3972-8919. Os licitantes que participarem da visita técnica ao local de execução dos serviços, objeto desta licitação, receberão um atestado devidamente assinado pelo Coordenador Operacional de Oficinas



ou por empregado da CBTU/STU-REC indicado por este, no entanto, a ausência desse atestado não implicará na inabilitação do licitante. O licitante que não vier a participar da visita técnica deverá apresentar a "Declaração que tem pleno conhecimento das condições locais onde serão realizados os trabalhos objeto da licitação". Desta forma, a CBTU/STU-REC não admitirá futuros pleitos sob alegação de falta de conhecimento das características e condições dos elementos originais (macacos, motor, etc.) e do ambiente onde estão instalados e/ou de parte do escopo a ser executado.

7. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Obrigações da CONTRATADA

- 7.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.1.2. Efetuar a entrega dos elementos/peças/componentes do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste TR, e na proposta aceita pela CBTU, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de validade, bem como a garantia dos equipamentos.
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990 e Art. 76 da Lei 13.303, de 2016).
- 7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste TR ou em outro acordado com a gestão e fiscalização do Contrato, o objeto com avarias ou defeitos.
- 7.1.5. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade; assim como comunicar através dos telefones (81) 3972-8972 e 3972-8919.
- 7.1.6. Manter, durante toda a execução dos serviços e fornecimento de elementos/peças/componentes, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, da proposta e de qualificação.
- 7.1.7. Fornecer o objeto desta contratação dentro dos melhores padrões de qualidade, seguindo as especificações contidas neste TR e os normativos aplicados à fabricação dos elementos/peças/componentes objeto do Instrumento Contratual.



- 7.1.8. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE, concernentes ao fornecimento e execução do objeto.
- 7.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessários ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças e autorizações relacionadas direta ou indiretamente com a execução do objeto contratado.
- 7.1.10. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.
- 7.1.11. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.1.12. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela CBTU;
- 7.1.13. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à CONTRATADA, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao Gestor do Contrato.
 - 6.1.13.1. Código de Ética:
<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
 - 6.1.13.2. Código de Conduta e Integridade:
https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e
 - 6.1.13.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:
https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.
- 7.1.14. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação.

7.2. Obrigações da CONTRATANTE

- 7.2.1. Solicitar formalmente o fornecimento dos elementos/peças/componentes e os serviços a serem prestados como objeto deste TR, mediante Ordem de Serviço.
- 7.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste TR e seus anexos.
- 7.2.3. Franquear acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de suas dependências essenciais para a execução do objeto contratado,



fornecendo condições adequadas para a correta instalação dos equipamentos, incluindo todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários para tanto.

- 7.2.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste TR e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
 - 7.2.4.1. Para efeito de cumprimento da regra prevista no item anterior, a CBTU poderá se valer, também, de especificações constantes de manuais e/ou relatórios elaborados pelos fabricantes dos elementos/peças/componentes.
- 7.2.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e/ou nos serviços prestados, para que sejam substituídos e/ou reparados e/ou corrigidos.
- 7.2.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de gestor e fiscal (is) especialmente designados para tanto.
- 7.2.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto desta contratação, nos prazos e formas estabelecidos neste TR e seus anexos.
- 7.2.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos.
- 7.2.9. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado.
 - 7.2.9.1. A CONTRATANTE deve comunicar tempestivamente à CONTRATADA qualquer alteração em relação à mudança do endereço de entrega.
- 7.2.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade do objeto adquirido, após seu recebimento, visando atestar qualidade e eficiência dos mesmos, durante o período de garantia.
- 7.2.11. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas, eventuais atrasos e irregularidades constatadas no objeto adquirido para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 7.2.12. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.2.13. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento,



contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação.

- 7.2.14. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU.

8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 8.1 O Cronograma Físico-Financeiro para execução e desembolso de valores relativos a esta contratação consta no ANEXO IV do presente TR.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.1. O objeto deste processo de contratação será recebido:
- 9.1.1. **Provisoriamente** (Termo de Aceite Provisório – TAP), pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita da CONTRATADA informando a entrega dos elementos/componentes (macacos e motor freio reconcondicionado) e finalização dos serviços (reparo, instalação, testes, etc.) e solicitando inspeção técnica;
- 9.1.2. **Definitivamente** (Termo de Aceite Definitivo – TAD), pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, assinado pelas partes em até 25 (vinte e cinco) dias contados do recebimento provisório.
- 9.2. Para este procedimento, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à fiscalização o término da entrega do objeto contratado, demonstrando neste documento que todo o escopo foi fornecido nas quantidades e qualidades contratadas.
- 9.3. A fiscalização avaliará de acordo com as especificações técnicas se o objeto fornecido (serviços e elementos/peças/componentes) atende o especificado neste TR.
- 9.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução, nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo Instrumento Contratual.
- 9.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.



- 9.6. Na hipótese de rescisão do Contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso.
- 9.7. Após a conclusão com êxito do objeto, deverá ser emitido o TAD – Termo de Aceite Definitivo. Este Certificado será emitido pelo Gestor do Contrato e o recebimento será formalizado mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes. A emissão do TRD significa que, do ponto de vista da CONTRATADA e do Gestor do Contrato e recebimento da CONTRATANTE, o escopo contratado foi fornecido completo e não restam quaisquer pendências.
- 9.8. Para as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO IV deste TR), deverão ser apresentados documentos comprobatórios do fornecimento dos elementos/peças/componentes e da prestação dos serviços objeto deste TR. Esses documentos deverão receber aprovação da fiscalização e da Gestão do Contrato.

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- 10.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica em papel timbrado, assinado(s) por responsável em nível equivalente a Superintendente ou Diretor ou ocupante de cargo com poderes de administração (gerente, chefe de departamento, divisão), emitido(s) em nome da empresa proponente ou vinculado(s) ao Responsável Técnico pelos fornecimentos e serviços a serem executados nesta contratação, por empresa pública ou privada, que comprove(m) aptidão para desempenho das atividades e fornecimentos pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.
- 10.2. A licitante deverá comprovar seu registro/visto ativo no CREA.
- 10.3. Também deverá possuir em seu Quadro Técnico profissional Responsável Técnico devidamente habilitado para o desempenho dos serviços relativos a esta contratação, com registro/visto ativo no CREA. Este profissional deverá:
- Possuir vínculo empregatício com a empresa licitante, através de Contrato de Prestação de Serviços, de acordo com a Legislação Civil ou Trabalhista;
 - Possuir vinculação técnica com a empresa licitante, apresentando ART de Cargo e Função;
- 10.4. Ainda, será exigido atestado de capacidade técnica para os serviços objeto desta contratação, que sejam similares e/ou equivalentes em quantidade, especificações técnicas e qualidade.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

- 11.1. Os serviços serão prestados na forma **de execução indireta sob regime de empreitada por preço global**.



12. PAGAMENTOS

- 12.1. A Nota Fiscal / Fatura para pagamento deverá ser emitida após a emissão do Termo de Aceite Definitivo, que deverá ser assinado pelo Fiscal do Contrato.
- 12.2. A Notas Fiscal / Fatura deverá ser entregue pela CONTRATADA:
- 12.2.1. Em meio físico, no Protocolo da STU-REC, cujo endereços será fornecido pela gestão/fiscalização do Contrato; ou
 - 12.2.2. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do Contrato, desde que possível atestar a confiabilidade do documento enviado.
- 12.3. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da entrada do documento de cobrança em conformidade com as regras prevista neste item, desde que haja certificação (atesto) pela gestão e fiscalização do Contrato, bem como após prévia verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA.
- 12.4. Deverão constar no documento de cobrança, obrigatoriamente:
- 12.4.1. Descrição dos serviços executados e elementos/peças/componentes fornecidos, preço unitário, preço total e data de emissão;
 - 12.4.2. Valor total, com as deduções de impostos devidos;
 - 12.4.3. Número do Instrumento Contratual; e
 - 12.4.4. Banco, número da agência e conta corrente para o pagamento.
- 12.5. Para fins de pagamento deverão ser observados os prazos previstos no Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO IV deste TR).
- 12.6. A Notas Fiscal / Faturas deverá vir acompanhada da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e a Certidão da Receita Federal.
- 12.7. O prazo previsto no item anterior será interrompido sempre que a CONTRATANTE solicitar, por escrito, quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA, referente ao valor dos serviços e elementos/peças/componentes.
- 12.8. Nesse caso, o prazo para pagamento somente será reiniciado quando da regularização da(s) pendência(s) pela CONTRATADA.

$$EM = I \times N \times VP$$

- 12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CBTU, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

Onde:

EM = Encargos Moratórios;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,0001644$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 12.10. É vedada a antecipação de pagamentos sem a devida entrega dos elementos/peças/componentes e prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução do Contrato no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato, prorrogável a critério da CBTU, no montante equivalente a 5% (cinco) por cento do valor total contratual.
- 13.2. A apresentação da garantia será requisito indispensável para emissão da Ordem Inicial de Serviço - OIS.
- 13.3. A inobservância do prazo fixado no item anterior para a apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do Contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
- 13.3.1. O atraso superior a 10 (dez) dias úteis autoriza a CBTU a promover a rescisão do Contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do Contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.
- 13.4. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas neste Termo e/ou no Contrato.
- 13.5. A garantia de execução será executada pela CBTU, como compensação por quaisquer perdas e danos resultantes de inadimplemento da CONTRATADA no cumprimento de suas obrigações.
- 13.6. As demais regras referentes à prestação da garantia de execução serão disciplinadas no Contrato.

14. CRITÉRIOS PARA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



- 14.1. A proposta de preços apresentada poderá ser reajustada, desde que seja observada a periodicidade anual, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$R = Po \left[\frac{(I - Io)}{Io} \right]$$

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

Po = Valor da medição a ser reajustada;

IPCA = Índice de Preços ao Consumidor Amplo na época do reajuste;

Io = Índice de Preços ao Consumidor Amplo no início da prestação dos serviços.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 15.1. O prazo de vigência do Contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos legais, regulamentares e contratuais.
- 15.2. O prazo de execução dos serviços, incluindo a entrega dos itens mencionados nos subitens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3 será de 120 (cento e vinte) dias corridos.
- 15.3. O prazo previsto poderá ser suspenso em virtude de casos fortuitos ou de força maior. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE por escrito, a qual, se aceitar suas razões, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurem os motivos relevantes invocados e aceitos, atribuindo-se ao Contrato, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços.

16. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 16.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da CBTU, através das áreas demandante, técnica e cliente da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terão o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.
- 16.2. A CBTU nomeará gestor e fiscais técnico e setoriais do Contrato, os quais serão especialmente designados por ato específico elaborado pela Diretoria Técnica no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do Instrumento Contratual.
- 16.3. As atividades de gestão e fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste TR, no edital de licitação, no Contrato e na proposta da CONTRATADA, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da CBTU, em especial àquelas estabelecidas na Seção III,



Capítulo I, Título IV do RILC-CBTU ("GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS").

- 16.4. A CONTRATADA deverá designar um representante para acompanhamento e controle da execução dos serviços objeto do contrato, no mesmo prazo previsto acima.
- 16.4.1. As deliberações tomadas de comum acordo entre o gestor indicado pela CBTU e o representante da CONTRATADA serão suficientes para o cumprimento das obrigações estipuladas na avença, incluídos os cronogramas físico e financeiro, quando houver.
- 16.4.2. As deliberações e demais documentos produzidos pelos representantes das partes serão havidos como parte integrante e complementar do Contrato

16.5. Atribuição dos Gestores

- 16.5.1. Responder pelo controle e acompanhamento, observando os aspectos físicos e financeiros, do serviço e/ou do fornecimento para o qual foi designado, reportando-se ao chefe do órgão estrutural no qual está lotado com vistas a receber a orientação técnica para seu adequado desempenho.
- 16.5.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do Instrumento Contratual.
- 16.5.3. Verificar, previamente, e comunicar à CONTRATADA o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição.
- 16.5.4. Coordenar e orientar a atuação do Fiscal do Instrumento Contratual.
- 16.5.5. Coordenar a execução dos serviços e/ou fornecimentos, de acordo com as especificações técnicas expressas no Instrumento Contratual.
- 16.5.6. Aprovar e encaminhar ao Centro de Gestão, os documentos de cobrança apresentados a CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências:
- 16.5.6.1. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, etc.) estão acompanhados das planilhas de medição e/ou dos comprovantes de recebimentos com suas respectivas memórias de cálculo, atestados pelo Fiscal;
- 16.5.6.2. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de sua aplicação;
- 16.5.6.3. Exigir da CONTRATADA os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente.



- 16.5.7. Formalizar à CONTRATADA a equipe técnica, própria ou de terceiros, que apoiará o Fiscal do Instrumento Contratual no exercício de suas atribuições.
- 16.5.8. Encaminhar ao órgão estrutural a solicitação da CONTRATADA de emissão de Atestado de execução.
- 16.5.9. Formalizar ao chefe do órgão estrutural ao qual está subordinado, ou ao qual o contratado está vinculado, em tempo hábil antes do vencimento do Instrumento Contratual, evidenciando a necessidade de aditamento do mesmo.

16.6. Atribuições dos Fiscais

- 16.6.1. Responder pela fiel execução do Instrumento Contratual, inclusive quanto a sua qualidade e exatidão, em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos serviços e os fornecimentos.
- 16.6.2. Justificar, nos aspectos técnicos, ao órgão estrutural de sua lotação, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a posteriormente ao Gestor.
- 16.6.3. Prover o Sistema de Informações Gerenciais dos dados de realização física e demais informações de aspecto técnico, relativos ao andamento do Instrumento Contratual.
- 16.6.4. Acompanhar o desenvolvimento do escopo contratual.
- 16.6.5. Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela CONTRATADA.

17. FORMA DE CONTRATAÇÃO

- 17.1. Conforme subitem 19.1 do Estudo Técnico Preliminar nº 001-2023/GAPRO/DT a aquisição objeto deste TR se dará através de PROCESSO DE LICITAÇÃO, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de MENOR PREÇO, com ampla participação de empresas interessadas, desde que atendidas as especificações e regras estabelecidas no instrumento convocatório.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. As sanções administrativas a serem impostas, em caso de descumprimentos de obrigações da CONTRATADA, estão estabelecidas no Instrumento Contratual.

19. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA VENCEDORA



- 19.1. O critério de escolha da proposta vencedora será o de MENOR PREÇO, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.
- 19.2. O VALOR ESTIMADO é SIGILOSO, de acordo com o disposto no artigo 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, observadas as diretrizes previstas no parágrafo terceiro do artigo 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no artigo 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
- 19.3. Será disputado pelas licitantes o MENOR PREÇO TOTAL, para um único grupo, que possuirá um único item.
 - 19.3.1. Ressalte-se que o valor ofertado para o total não poderá ultrapassar o valor estimado para esta contratação.

20. CONSÓRCIOS / SUBCONTRATAÇÃO / COOPERATIVA

- 20.1. Para a execução do objeto contratual será admitida a subcontratação para o serviço de recondicionamento do motor especificado no subitem 2.5.3. Da empresa subcontratada serão exigidas todas as obrigações listadas no subitem 7.2 e seus subitens deste TR;
- 20.2. Também serão aceitos cooperativas e consórcios. Pessoas Jurídicas organizadas em consórcio deverão observar:
 - I - Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - II - Indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório; e
 - III - Apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.
 - IV - Comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:
 - a) Apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, com um acréscimo de 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para LICITANTE individual; e
 - b) Demonstração, de cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.
- 20.3. Não poderá participar o licitante consorciado em mais de um consórcio e/ou isoladamente.
- 20.4. Os documentos relacionados nos subitens I e II adiante deverão fazer constar obrigatoriamente cláusula de responsabilidade solidária entre todos os consorciados:
 - I - No compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos LICITANTES; e



II - No contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

- 20.5. O Consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, o registro do compromisso de constituição no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na forma da lei, tendo em vista o disposto no inciso I do subitem anterior.
- 20.6. A substituição de consorciado no decorrer do processo licitatório ou após a assinatura do contrato deverá ser expressamente autorizada por escrito pela CBTU.

21. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 21.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e sustentabilidade.
- 21.2. O descarte de resíduos e embalagens serão realizados conforme definido no subitem 6.7 e seu subitem deste TR.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 22.2. CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 22.3. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber; e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.
- 22.4. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes; o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 22.5. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 22.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.



22.8. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

23. ANEXOS

- ANEXO I. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- ANEXO II. RELATÓRIO TÉCNICO DA MESA FALSA PARA SUBSTITUIÇÃO DE TRUQUES;
- ANEXO III. MANUAL DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO MESA FALSA VERSÃO 2
- ANEXO IV. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO; e
- ANEXO V. MATRIZ DE RISCOS.

Brasília, 28 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br LEONARDO TAVARES DO NASCIMENTO
Data: 29/09/2023 08:25:56-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Leonardo Tavares do Nascimento
ANT - Engenheiro Eletrônico
GOMAR/GIMAN/CBTU-STU-REC

**FERNANDO CEZAR
RIBAS**

CAGIDO:

Assinado de forma digital por
FERNANDO CEZAR RIBAS

CAGIDO:

Dados: 2023.09.28 17:38:32
-03'00'

Fernando Cezar Ribas Cagido
ANG – Analista de Gestão - Economista
GEAPO/GAPRO/DT – CBTU-AC

Documento assinado digitalmente
gov.br DIOGO ANTONIO DOS SANTOS
Data: 18/09/2023 08:46:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Diogo Antônio dos Santos
Gerente Operacional – Material Rodante
GOMAR/GIMAN/CBTU-STU-REC



ANEXO I DO TR – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

Nome:	
CNPJ:	
Inscrição Estadual:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:

PROPOSTA COMERCIAL:

Item	Descrição	Quant.	Valor Total (R\$)
1	Serviço de restabelecimento da Mesa Falsa de substituição de Truques, incluindo o fornecimento de componentes e recondicionamento de motor, conforme descrições e quantidades estabelecidas no Instrumento Convocatório.	1	

- 1) Esta proposta tem o valor total de _____ <valor total por extenso> _____.
- 2) Esta proposta é válida por ____ (_____) dias, a contar da data de sua apresentação.
OBS: as propostas com prazo inferior a 90 (noventa) dias serão desclassificadas.
- 3) No valor total apresentado acima já estão inclusos todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos produtos, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre objeto dessa licitação.
- 4) Declaramos estar em pleno acordo com todas as condições, obrigações e prazos constantes no Edital e seus Anexos.

Cidade - Estado, ____/____/____

Assinatura/carimbo do representante legal da empresa



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

**ANEXO II DO TR - RELATÓRIO TÉCNICO DA MESA FALSA PARA
SUBSTITUIÇÃO DE TRUQUES**



ANEXO IV DO TR – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO			
SERVIÇO DE RESTABELECIMENTO DA MESA FALSA DE SUBSTITUIÇÃO DE TRUQUES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE COMPONENTES			
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCO	PRAZO
1	Emissão da Ordem Inicial de Serviço – OIS	-----	-----
2	Entrega dos itens especificados nos subitens 2.5.1, 2.5.2 e 2.5.3 do TR no almoxarifado da CBTU/STU-REC	Item 1	Até 90 (noventa) dias corridos
3	Serviços de instalação, montagens, ajustes, análise de funcionamento e testes de desempenho do componente específico e/ou de todos os componentes e todas as funcionalidades da Mesa Falsa conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência	Item 2	Até 30 (trinta) dias corridos
4	Assinatura do Termo de Aceite Provisório - TAP	Item 3	Até 5 (cinco) dias corridos
5	Vistoria para comprovação da adequação do item e/ou do objeto aos termos contratuais e assinatura do Termo de Aceite Definitivo – TAD	Item 4	Até 25 (vinte e cinco) dias corridos
6	Entrega da Nota Fiscal/Fatura	Item 5	-----
7	Pagamento da(s) da Notas Fiscais/Faturas	Item 6	Até 30 (trinta) dias corridos



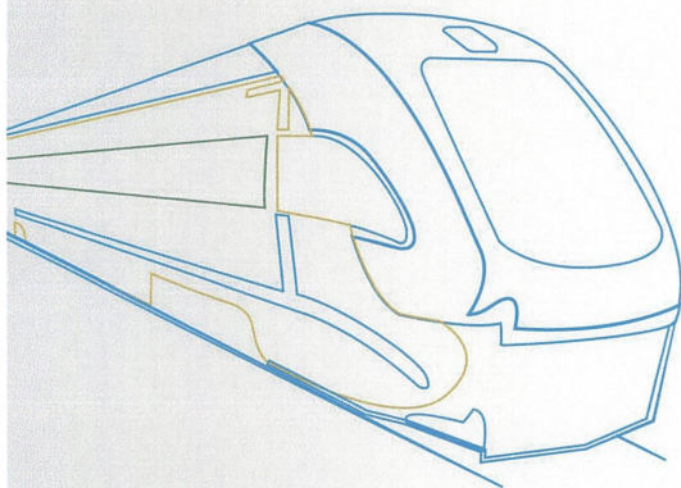
ANEXO V DO TR – MATRIZ DE RISCOS

MATRIZ DE RISCO					
RISCO	DESCRIÇÃO	ALOCACÃO (CBTU, CONTRATADA, AMBAS)	IMPACTO (Sem Impacto, Leve, Médio, Grave, Gravíssimo)	PROBABILIDADE (Quase certa, Alta, Média, Baixa, Rara)	MITIGAÇÃO (Medidas e procedimentos para minimizar o risco)
1. RISCOS DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS					
Aderência às especificações da CBTU-STU/REC	Dificuldade de atendimento às especificações do termo de referência	CONTRATADA	Grande	Baixa	Detalhamento das especificações técnicas contidas no termo de referência, exigência de atendimento denormas específicas, constnates no ETP e no TR, conhecimento técnico da CONTRATADA através de atestados.
Cronograma de execução	Prazo de entrega dos rolamentos.	CONTRATADA	Grave	Alta	Atentar para os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, e não atrasar as etapas de responsabilidade da CBTU nesta Contratação.
2. RISCO DE EXECUÇÃO					
Erro na estimativa de custos por parte da CONTRATADA	Variação dos preços dos componentes necessários à fabricação dos conversores, condições impostas pela Guerra Rússia-Ucrânia.	CONTRATADA	Grave	Média	Avaliar se os preços ofertados estão próximos dos preços estimados, retratando o preço de mercado. Previsão de reajuste no TR, com avaliação e aprovação da CBTU.
Componentes de baixa qualidade na fabricação dos conversores.	Baixa durabilidade de funcionamento dos conversores. Diminuição na periodicidade da manutenção.	CONTRATADA	Grave	Rara	A fiscalização deve exigir o cumprimento das normas estabelecidas no TR, e estas devem seguir os normativos aplicáveis, estabelecidos no ETP. Exigência de garantia.
Atraso no fornecimento.	A CONTRATADA atrasa a entrega do objeto.	CONTRATADA	Grave	Média	Sanções contratuais impostas à CONTRATADA por atraso injustificado na entrega dos conversores. Na primeira reunião de gestão do contrato entre as partes o cronograma de execução deve ser discutido e assinado por ambos.
Casos fortuitos ou força maior	Custos gerados por caso fortuito ou força maior.	AMBOS	Médio	Rara	Contratação de seguro pela CONTRATADA.
Falta de recursos, por parte da CONTRATADA, para a execução do contrato	A CONTRATADA não possui os recursos ou não obtém financiamento para a execução	CBTU	Alto	Rara	Exigência prevista no TR ou Instrumento Contratual de giro financeiro adequado ao cumprimento do contrato. Início da execução apenas quando apresentada comprovação de que a CONTRATADA contratou seguros e garantias contratuais exigidas no TR.
Falência da CONTRATADA ou de subcontratada	Falência da CONTRATADA ou da sua Matriz (fabricante dos conversores).	CBTU	Gravíssimo	Rara	Exigência de demonstrativos financeiros da CONTRATADA prevista no TR ou Instrumento Contratual. Solicitação de reparo econômico pelo seguro.
3. RISCOS OPERACIONAIS					
Atrasos de pagamento	Atraso nos pagamentos das faturas	CBTU	Leve	Baixa	Estabelecido no contrato, multar a CBTU-STU/REC por atraso nos pagamentos
4. RISCO DE TÉRMINO ANTECIPADO					
Antecipação da entrega dos materiais	Redução do tempo pela contratante do tempo de entrega	CONTRATADA	Médio	Rara	Cumprimento dos prazos estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro



5. RISCOS LEGAIS OU REGULATÓRIOS					
Mudança das normas	Alterações na legislação ou outras normas que impliquem em aumento de custos	AMBAS	Médio	Baixa	Respeito ao ato jurídico perfeito, estabilidade institucional e contratual e reequilíbrio econômico-financeiro
Alteração da carga tributária	Alteração da carga tributária incidente sobre o CONTRATO	AMBAS	Leve	Média	Reequilíbrio econômico-financeiro.
Direito Empresarial e Societário	Custos advindos do não cumprimento da legislação empresarial e/ou societária por parte da CONTRATADA	CONTRATADA	Médio	Rara	Previsão contratual de cumprimento das normas societárias. Sanções contratuais impostas à CONTRATADA.
6. RISCOS CONTRATUAIS					
Mudança das normas	Rescisão contratual por consenso entre as partes	AMBAS	Grave	Rara	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
Rescisão do CONTRATO por decisão judicial	Mudança das normas	CBTU	Grave	Rara	Indenização prevista no CONTRATO.
Anulação	Anulação do CONTRATO por vícios insanáveis	CBTU	Grave	Rara	Indenização prevista no CONTRATO, arbitragem.
Término do CONTRATO por força maior	Término antecipado do CONTRATO causado por evento catastrófico.	AMBAS	Grave	Rara	Contratação de seguros por parte da CONTRATADA, indenização, arbitragem.
7. RISCOS DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE					
Atuação dos Órgãos de Controle.	Dificuldades impostas pelos órgãos de controle à execução do contrato.	CBTU	Alto	Baixa	Atendimento da legislação e normativo interno da Companhia.

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

Proposta Comercial Recuperação Mesa Falsa**Proposta Comercial: 01-078-23 | Rev.: 02** Data | 12/12/2023**Proponente: Tecnodrill Industria de Maquinas Ltda.****Endereço: Av. Pedro Adams Filho, 201 – Bairro Industrial, Novo Hamburgo – RS – Brasil.****CEP: 93420 – 175 - Fone: (51) 35942812 - Email: gustavo@tecnodrill.com****CNPJ: 00.908.234/0001-31 Inscrição Estadual: 086/0240371****Cliente:****CBTU-Companhia Brasileira de Trens Urbanos****Recife – PE****CBTU PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06 -2023/GALIC/AC/CBTU PROT. 2888/2023****Prezados Senhores:**

A proposta refere-se ao Reestabelecimento de um equipamento Mesa Falsa, que se encontra em parque fabril de Recife - PE.

Proposta Comercial

Item	Descrição	Quant.	Valor Total (R\$)
01	Serviço de restabelecimento da Mesa Falsa de substituição de Truques, incluindo o fornecimento de componentes e recondicionamento de motor, conforme descrições e quantidades estabelecidas no Instrumento Convocatório	01	325.000,00
	Total		325.000,00

Esta proposta tem o valor total trezentos e vinte cinco mil reais.**2) Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.****3) No valor total apresentado acima já estão inclusos todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos produtos, bem como já incluídos****Tecnodrill Indústria de Máquinas Ltda.**Av. Pedro Adams Filho, 201 - Industrial - 93320-001 - Novo Hamburgo - RS - Brasil
Fone/Fax: + 55 51 594 2812 - E-mail: tecnodrill@tecnodrill.com - Site: www.tecnodrill.com

Proposta Comercial Recuperação Mesa Falsa**Proposta Comercial: 01-078-23 | Rev.: 02** Data | 12/12/2023

todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre objeto dessa licitação.

4) Declaramos estar em pleno acordo com todas as condições, obrigações e prazos constantes no Edital e seus Anexos.

5) O valor desta proposta comercial corresponde ao fornecimento de peças e serviços descritos na Proposta Técnica 01-78-23_REV02.

PRAZO DE EXECUÇÃO:

Item	Descrição	Tempo Total
01	Pre Avaliação e remoção do motor-freio para reforma	30 dias a partir da emissão da OIS.
02	Entrega dos materiais novos	40 dias a partir da emissão da OIS.
03	Montagem do equipamento	30 dias após entrega dos equipamentos na CBTU.
04	Teste e Aceite Final	30 dias após finalização da Montagem na CBTU.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Conforme cronograma físico financeiro do Termo de Referência 01-2023/GAPRO/DT

Garantia dos itens substituídos.....6 meses

Demais condições conforme Termo de Garantia Anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, e a disposição para outras informações.

Proposta Comercial Recuperação Mesa Falsa**Proposta Comercial: 01-078-23 | Rev.: 02** Data | 12/12/2023

Gustavo Freitas

Diretor comercial

51 35942812

|Gustavo@tecnodrill.com

Condições Gerais de Fornecimento - Garantia**Tecnodrill Indústria de Máquinas Ltda.**Av. Pedro Adams Filho, 201 - Industrial - 93320-001 - Novo Hamburgo - RS - Brasil
Fone/Fax: + 55 51 594 2812 - E-mail: tecnodrill@tecnodrill.com - Site: www.tecnodrill.com

Proposta Comercial Recuperação Mesa Falsa**Proposta Comercial: 01-078-23 | Rev.: 02**

Data | 12/12/2023

<p>1. Introdução Este documento acompanha propostas comerciais estabelecendo as condições em que a Tecnodrill Ind. Máquina LTDA fornece máquinas e equipamentos para clientes. Estas condições são válidas para quaisquer operações de venda desde que não contradigam outras definidas na proposta comercial.</p> <p>2. Condições Comerciais 2.1 Preços Os preços dos materiais entendem-se para as quantidades e características especificadas, líquidos, variáveis, a vista. Os preços de produtos importados sob encomenda estão expressos em Reais e serão reajustados conforme variação cambial da moeda na data do efetivo faturamento, considerando-se como base de reajuste de valores da moeda estrangeira na Gazeta Mercantil no dia anterior ao faturamento.</p> <p>2.2 Impostos • ICMS: Os preços dos equipamentos incluem o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). • IPI: Os preços dos equipamentos não incluem o imposto sobre produtos industrializados (IPI). Observação: Quaisquer alterações nas alíquotas dos impostos vigentes, bem como a criação ou extinção de qualquer imposto, taxa ou contribuição que venha a aumentar ou diminuir os custos de venda dos produtos, objeto da presente oferta, serão acrescidos ou diminuídos dos preços, por ocasião do respectivo fornecimento/ faturamento.</p> <p>2.3 Embalagem A embalagem por nós utilizada está inclusa nos preços. Em caso de embalagem especial em caixa fechada será adicionado o valor na proposta comercial</p> <p>2.4 Transporte/Seguro O seguro e o transporte são de responsabilidade do cliente.</p> <p>2.5 Condições de Pagamento Ver proposta comercial. Evento Gerador: Fechamento do Negócio. Data do Pagamento: Na data do evento gerador. Custo Financeiro: Taxa estabelecida na Proposta Comercial. Observação: A condição comercial acima somente será confirmada após a verificação da situação de crédito do cliente que será avaliada pelo Departamento Financeiro da Tecnodrill Ind. Máquinas LTDA (2 dias úteis). Em casos de urgência a condição de pagamento deve ser 100% antecipada.</p> <p>2.6 Condições Gerais 2.6.1 Faturamento Mínimo O valor mínimo para concessão de prazo para pagamento de qualquer parcela é de R\$ 600,00. Valores inferiores a este devem ser pagos 100% antecipados, na confirmação do pedido.</p> <p>2.6.2 Atrasos de Pagamento Sobre os valores não pagos nas respectivas datas de vencimento, incidirão multa de 2% mais juros de mora de 0,2% por dia de atraso. Observação: Nenhum pagamento pode ser atrasado ou suspenso por motivo de reclamações, salvo nosso acordo por escrito.</p> <p>2.6.3 Divergências na Ordem de Compra Quaisquer cláusulas ou condições de fornecimento não contido neste documento e incluído na ordem de compra do cliente só serão válidas após o aceite da Tecnodrill Ind. Máquinas LTDA.</p> <p>3. Prazo de Entrega Este prazo começa a ser contado após o recebimento de seu pedido técnico e comercialmente esclarecido, bem como do recebimento do respectivo sinal quando houver. Qualquer alteração que se verificar nas quantidades e características especificadas na presente oferta poderá provocar uma alteração do prazo de entrega, bem como do preço. O prazo de entrega prorrogar-se-á também no caso de atraso verificado nos pagamentos. Observação: Os prazos ofertados refletem a situação atual de nosso estoque de produtos. Podem ser alterados em caso de venda anterior ao recebimento conferência do pedido referente a esta proposta.</p> <p>4. Validade A proposta que acompanha as presentes Condições Gerais de Fornecimento de Equipamentos é válida pelo prazo de 30 dias, contados da data consignada no instrumento.</p>	<p>5. Garantia dos Equipamentos 5.1 Prazo de Garantia de Equipamentos 12 (doze) meses válidos a partir da data de emissão da nota fiscal.</p> <p>5.2 Prazo de Garantia de Equipamentos Reparados 03 (três) meses válidos a partir da data de emissão da nota fiscal.</p> <p>5.3 Condições para Garantia A garantia inclui serviços de assistência técnica e análogos, mas não inclui custos de transportes e despesas de locomoção, hospedagem e alimentação do pessoal técnico. Caso constatado que os problemas no produto/serviço não são de responsabilidade da Tecnodrill, o cliente fica desde já obrigado a ressarcir todas as despesas incorridas, respeitando os valores de mercado. Ficam também excluídos das garantias, todos os defeitos decorrentes de utilização/operação inadequada ou negligente dos equipamentos, falhas de operação e falta de manutenção preventiva, bem como problemas mecânicos ou elétricos provenientes ou decorrentes de fatores externos ou de componentes ou equipamentos não fornecidos pela Tecnodrill. A presente garantia não abrange ainda, o desgaste normal dos produtos ou equipamentos, manutenção ou armazenagem inadequada, instalações de má qualidade ou influência de natureza química, eletroquímica, elétrica, mecânica ou atmosférica.</p> <p>6. Devoluções de Produtos Somente serão aceitas devoluções de equipamentos encaminhadas por escrito no prazo de 10 (Dez) dias, contados da data do recebimento somente pelos seguintes motivos devidamente comprovados: 1. Os produtos fornecidos estão incorretos possuindo códigos diferentes da ordem de compra do cliente. 2. As quantidades fornecidas são superiores as que constam na ordem de compra do cliente (devolução parcial). 3. Os produtos possuem vícios ou defeito de fabricação não atribuível ao mau uso, armazenamento ou transporte inadequado. Caso as condições acima sejam satisfeitas considerar ainda: 1. Os fretes e seguros de ida e volta correrá sempre por conta do cliente. 2. Os atendimentos serão sempre executados dentro do horário de atendimento normal da Tecnodrill Ind. De Máquinas LTDA. 3. Os equipamentos só serão aceitos dentro de suas embalagens originais, sem nenhuma marca de uso, tanto no equipamento quanto a embalagem. 4. Caso o produto esteja sendo devolvido por defeito de fábrica o cliente deve enviar por escrito a descrição do defeito que o produto apresenta concordando antecipadamente com o diagnóstico fornecido pelo setor técnico do fabricante referente às causas do defeito. Caso seja constatado mau uso, transporte ou armazenamento inadequado por parte do cliente serão tomadas as seguintes providências: 4.1. O produto tem conserto viável: O cliente arcará com as despesas referentes ao conserto através de fatura de serviços que será emitida pela Tecnodrill Ind. De Máquinas LTDA. com prazo de vencimento de 15 dias. 4.2. O produto não tem conserto viável: O cliente arcará com o custo integral da reposição do equipamento através de nota fiscal de venda que será emitida pela Tecnodrill Ind. De Máquinas LTDA. O envio dos produtos para a devolução deve ser feito somente após o aceite por escrito da Tecnodrill Ind. De Máquinas LTDA..</p> <p>7. Devoluções de produtos sem Motivação Como princípio, toda compra e venda é celebrada de forma irrevogável e irretroatável. Todavia, entendendo a Tecnodrill Ind. de Máquinas de rescindir determinada compra e venda mercantil mediante solicitação da compradora, os custos de tal operação incidirão conforme citação abaixo: 1. A compradora (Cliente) arcará com os custos incidentes sobre fretes, impostos, taxas públicas, custos administrativos e financeiros, suportando ainda uma multa de 20% sobre o valor da compra e venda.</p> <p>8. Dados Cadastrais TECNODRILL INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA Av. Pedro Adams Filho, 201 - Bairro Industrial Novo Hamburgo - RS - CEP 93320-001 INSCRIÇÃO NO CNPJ.: 00.908.234/0001-31 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 086/0240371 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 46608</p> <p>9. Dados Bancários BANCO DO BRASIL Agência: 0314-X (Novo Hamburgo) C/C.: 15169-6 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Agência: 4812 (Novo Hamburgo) OP: 003 C/C.: 119-8</p>
---	---

Tecnodrill Indústria de Máquinas Ltda.Av. Pedro Adams Filho, 201 - Industrial - 93320-001 - Novo Hamburgo - RS - Brasil
Fone/Fax: + 55 51 594 2812 - E-mail: tecnodrill@tecnodrill.com - Site: www.tecnodrill.com